



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre do Município de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente, Eugénia Maria de Oliveira Duarte, coadjuvada pela primeira secretária, Paula Alexandra Loureiro de Lemos e pelo segundo secretário, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2015.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Plano Diretor Municipal (PDM) de Sátão – Correção Material da Carta de Ordenamento do PDM – para conhecimento.
4. Discussão e votação da assunção de compromissos plurianuais para a Operação POVT - 12 - 0765 - FCOES - 00029 - "Eficiência Energética na Iluminação Pública - Viseu Dão Lafões", para os anos de 2016 a 2022 inclusive, no montante global de 100.777,81€ (cem mil setecentos e setenta e sete euros e oitenta e um cêntimos), para o projeto "Contrato de partilha de poupanças líquidas", aprovada na reunião de Câmara Municipal do dia 05/06/2015.
5. Discussão e votação dos estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão de fins específicos - revogação parcial.
6. Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.

7. Informação sobre a Situação Financeira do Município.
8. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, iniciou a reunião pelas vinte horas e trinta minutos.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Rosa Carvalho e Silvério Ferreira.

Estiveram presentes:

A Sra. Presidente da Assembleia: Eugénia Maria de Oliveira Duarte

A 1.ª Secretária da Assembleia: Paula Alexandra Loureiro de Lemos

O 2.º Secretário da Assembleia: Luís Carlos Figueiredo de Sousa

Os Srs. Deputados: Acácio Santos da Fonseca Pinto, José Carlos Moreira da Costa, Paula Cristina de Almeida António Cardoso, António Pacheco de Aguiar, Adriano Lourenço de Almeida, Maria Isabel Jesus de Sousa, António Rodrigues da Silva, António Carlos Gomes da Silva, António Carlos Rodrigues, António Lopes, Joaquim Manuel Rebelo Marinho, Sérgio de Almeida Ferreira, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, José António de Carvalho Figueiredo e Inês de Oliveira Nunes.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Geraldo de Jesus Oliveira – Avelal, Manuel Jorge de Jesus Oliveira – Romãs Decermilo e Vila Longa, Agostinho Machado Rodrigues – Mioma, Paulo Jorge Correia Almeida – S. Miguel de Vila Boa, António José Filipe Carvalho – Sátão, Maria de Lourdes Albuquerque de Frias Pinto – Silvã de Cima.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos deputados que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência dos senhores deputados: Ana Cristina Conde Gonçalves, substituída por Bruno Manuel de Jesus Vaz, Maria Virgínia do Amaral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, substituída por Elisabete Vaz Figueiredo, Tesoureira da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves; Ana Isabel Moreira Almeida, substituída por Rui Manuel Silva Correia Pina; Hélder José de Jesus Vaz Presidente da União de Freguesias de Águas Boas e Forles, substituído por António José Ferreira Caiado, Secretário da União de Freguesias de Águas Boas e Forles.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Faltaram os seguintes senhores: Paula Catarina Ferreira Martins e Rui Miguel Loureiro Cabral, Presidente da Junta de Rio de Moinhos tendo este último apresentado justificação de falta.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscrições: Prof.^a Ângela Maria da Silva Bártolo

Assunto: "Aulas de Música para crianças na Casa da Cultura de Sátão"

Ângela Maria da Silva Bártolo: Solicita alguns esclarecimentos acerca das aulas de música para crianças na Casa da Cultura de Sátão. Pergunta se a responsabilidade destas aulas é da Câmara Municipal ou de uma empresa. Se for uma empresa, questiona em que condições utiliza as instalações da Câmara Municipal: se há contrato, manifesta o seu interesse em o conhecer. Pergunta qual o motivo da diferença de preços das aulas consoante se trate de crianças que frequentem ou não as AEC's na Educação Musical, de oito euros para trinta euros. Pergunta também porque é que não passam recibo aos pais. De seguida pergunta se é mesmo necessário, para além da inscrição com 48 horas de antecedência, ser referido qual é o tema da intervenção nas reuniões da Assembleia Municipal.

Presidente da Assembleia: Esclarece a Sr.^a Prof.^a Ângela Maria da Silva Bártolo que relativamente às inscrições para intervenção nas reuniões da Assembleia Municipal, o mínimo de antecedência é de 48 horas, mas podem ser efetuadas antes. Também deve ser referenciado o tema que se pretende abordar na reunião. Refere ainda que o assunto abordado lhe parece que não seja do âmbito das reuniões da Assembleia Municipal, mas sim das reuniões de Câmara Municipal abertas ao público. Isto porque as intervenções do público nas reuniões da Assembleia Municipal são questões realizadas aos Deputados da Assembleia Municipal e não ao Presidente de Câmara Municipal. Nem sequer há direito a resposta, mas neste caso não se opõe a que o Sr. Presidente da Câmara Municipal responda. Pergunta aos Srs. Deputados se alguém se opõe que sejam dadas as informações à Sr.^a Prof.^a Ângela Maria da Silva Bártolo. Como ninguém se opõe, dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, no caso de ele pretender prestar os devidos esclarecimentos.

Presidente da Câmara Municipal: Começa a sua intervenção respondendo à Sr.^a Prof.^a Ângela Maria da Silva Bártolo que as aulas de música funcionam na Casa da Cultura de Sátão, como sempre funcionaram anteriormente. O Município cede as instalações e há um acordo através do pagamento da AEC's; estas antes eram orientadas anteriormente por uma empresa fora do Concelho. Atualmente são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

orientadas por uma empresa satense. As pessoas que querem ter aulas de música a título particular e os que não frequentam as AEC's terão de pagar uma mensalidade de 30,00€ (trinta euros) por mês; as crianças que frequentam as AEC's pagam uma mensalidade de 7,50€ (sete euros e cinquenta cêntimos por mês). Esta é uma parceria feita pelo Município de Sátão cedendo as instalações e a empresa dando as aulas. Quanto à inexistência de recibos refere que desconhecia esta situação, mas que irá averiguar a mesma, pois é obrigatório passar recibos. De seguida solicita à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal que seja retirado o sexto ponto da Ordem de Trabalhos “Pedido de autorização para a abertura de procedimentos concursais, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado de três assistentes operacionais e um especialista de informática”, porque não foi possível trazer esse assunto com a devida antecedência à reunião da Assembleia Municipal. Por outro lado solicita que seja introduzido um outro ponto, a saber: “Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.^a série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.”

Presidente da Assembleia: Refere que é retirado o ponto seis mencionado na convocatória “Pedido de autorização para a abertura de procedimentos concursais, previstos e não ocupados no mapa de pessoal, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado de três assistentes operacionais e um especialista de informática”. Quanto à introdução do novo ponto na Ordem de Trabalhos “Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.^a série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.” será votada a sua introdução na Ordem de Trabalhos, na Ordem do Dia.

De seguida refere que a Mesa da Assembleia Municipal propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor José Manuel Pereira dos Santos. No âmbito político ocupou neste Município um cargo de relevo, nomeadamente as funções de Vereador da Cultura na Câmara Municipal de Sátão. Pela qualidade da sua intervenção cívica e política no Sátão propõe que a Assembleia Municipal manifeste o seu pesar, propondo também que se remeta o presente voto à Excelentíssima família. Coloca o voto de pesar à votação:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

O voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor José Manuel Pereira dos Santos foi aprovado por unanimidade e vai ser transmitido à Excelentíssima família.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2015.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir coloca a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2015 à votação, tendo sido aprovada com:

Votos a favor: 21 (vinte e um)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 7 (sete)

Estavam presentes 28 (vinte e oito) deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Dá conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida e enviada desde a última reunião ordinária e coloca a mesma à disposição dos senhores deputados que a queiram consultar.

Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto Antes da Ordem do Dia à discussão.

Inscrições: Acácio Pinto, Inês Nunes.

Acácio Pinto: Começa por referir que existiram realmente alguns acontecimentos funestos nos últimos tempos no concelho de Sátão e na região. Assim, fez todo o sentido o voto de pesar apresentado pela Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao falecimento do Sr. Professor José Manuel Pereira dos Santos, que foi vereador nesta Câmara Municipal. Foi uma pessoa que não sendo do Concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

assumiu o Concelho como seu e aqui desenvolveu a atividade cívica e política. Esse assunto está registado e a Assembleia Municipal fez aquilo que lhe competia que foi aprovar por unanimidade. De seguida partilha com a Assembleia Municipal o falecimento recente de um cidadão que não sendo também do concelho de Sátão, crê que muito também fez pelo mesmo. Era um cidadão de vários territórios. Era natural do distrito da Guarda, mas assumiu o distrito de Viseu, assumiu o concelho de Viseu e também o concelho de Sátão. Refere-se ao Doutor João Luís Inês Vaz que foi governador civil do distrito de Viseu e que esteve recentemente no Sátão numa conferência a convite da Câmara Municipal; que desenvolveu várias iniciativas no âmbito arqueológico e no âmbito da história concelhia do concelho de Sátão; tem obras publicadas relativamente ao concelho de Sátão – no que respeita as cartas arqueológicas, em autoria ou em coautoria; tem vários artigos em revistas da região relacionadas com o concelho de Sátão. Entende que esta Assembleia Municipal ficaria bem consigo própria se também pudesse fazer aqui este registo, que seria de toda a justiça, que a Assembleia Municipal de Sátão também pudesse deixar este seu tributo, esta sua homenagem e este voto de reconhecimento e obviamente voto de pesar dirigido à família do Doutor João Luís Inês Vaz. Deixa aqui a sua proposta.

Presidente da Assembleia: Refere que o Sr. deputado Acácio Pinto tem toda a razão e penitencia-se relativamente ao facto da Mesa não ter proposto este voto de pesar, que faz todo o sentido. De seguida refere que a Mesa da Assembleia Municipal propõe um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Doutor João Luís Inês Vaz, propondo também que se remeta o presente voto à Excelentíssima família. Coloca o voto de pesar à votação:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

O voto de pesar pelo falecimento do Sr. Doutor João Luís Inês Vaz foi aprovado por unanimidade e vai ser transmitido à Excelentíssima família.

Acácio Pinto: Continua a sua intervenção abordando a nova ligação da estrada EN229 de Sátão a Viseu. Refere que este assunto já é antigo e que na última reunião mereceu da parte do Sr. Presidente da Câmara Municipal um comentário em que referia que o assunto não era definitivo e que se encontrava em estudo do qual ainda não tinha uma resposta política. Diz que andaram muitos anos com o objetivo de uma variante, uma estrada nova. Foi um projeto desenvolvido durante vários Governos e que este Governo também assumiu como seu. Porém, o Sr. Secretário de Estado disse que não assumiria essa variante e o que iria fazer era uma retificação da atual estrada 229. Foi sobre esta retificação que o Sr. Presidente da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Câmara Municipal disse que ainda não era uma questão definitiva, mas que tinha reunido com pessoas do Gabinete e com pessoas das Estradas de Portugal e o que se perspectivava era que haveria uma via de lentos e haveria assim uma retificação. Isto porque os vinte milhões de uma variante não eram compatíveis com os orçamentos, portanto o que iria ser feito seria uma obra na ordem dos oito ou nove milhões. Lembra que o que está no programa de obras das Estradas de Portugal refere que essa tal intervenção – não a variante – é uma obra de três milhões de euros que está para começar em 2016. Acontece que hoje o Sr. Primeiro-Ministro esteve na Câmara Municipal de Viseu, onde também esteve o Secretário de Estado da tutela e o Presidente das Estradas de Portugal e este assunto foi trazido a debate. O que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deve a esta Assembleia Municipal neste momento é dizer qual é a posição do Presidente da Câmara Municipal face a esta realidade. Vai haver variante? Vai haver obra de três milhões? Vai haver obra de nove milhões como foi dito pelo Sr. Presidente na última reunião? Ou vai haver obra de seis milhões? Pede ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que diga a esta Assembleia Municipal qual é a opção que o Governo vai tomar relativamente a esta estrada. O Sátão não pode tolerar mais isto e esta estrada é crucial para o desenvolvimento do Concelho; não se pode andar a fazer uma zona industrial a sul de Sátão, para que esta zona industrial esteja bloqueada com a estrada 229, no sentido Viseu. Refere que o Sr. Presidente deve a esta Assembleia Municipal, qual é o projeto, qual é o objetivo, qual é o cronograma da obra que está hoje em debate. Pergunta qual foi o compromisso assumido na Câmara Municipal de Viseu sobre esta matéria.

Inês Nunes: Começa a sua intervenção dizendo que na reunião da Assembleia Municipal realizada no passado mês de fevereiro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal refere que os cem mil euros destinados a apoiar as Juntas de Freguesia do Concelho no ano de 2015, seriam geridos da melhor forma pelo Executivo da Câmara Municipal. Tendo referido em junho de 2014 que este dinheiro não seria para ser substituído de forma equitativa pelas Juntas de Freguesia, mas para ser usado em situações urgentes e esporádicas. Passados seis meses do ano de 2015, pede ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer um ponto de situação quanto a estes apoios económicos, que freguesias já beneficiaram dos subsídios, em que quantia e em que foi aplicado. Para localidades mais afastadas da sede do concelho de Sátão – como é o caso de Vila Longa – ter obras de renovação de infraestruturas, como a antiga Escola Primária, instalações polidesportivas, pintura e delimitação do Parque Infantil e cemitério, substituição da porta do cemitério, melhoramento das ruas e caminhos florestais e agrícolas, limpeza e arranjos das bermas destruídas são necessidades urgentes para a população que aí habita e que deve merecer o apoio económico da Câmara Municipal. Pergunta se não haverá um subsídio para pagar o transporte da equipa veterinária até às localidades onde era habitual deslocarem-se para a vacinação e registo de canídeos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

felídeos; porque é que com a agregação de freguesias o número de locais desta ação foi reduzido. Pergunta se há transporte disponibilizado pela Câmara Municipal que assegure o deslocamento da população mais distante e respetivos animais até aos locais afixados em edital. A agregação de freguesia deveria de garantir as mesmas condições de acesso das populações aos serviços municipais. Na verdade esta realidade prejudica e exclui as localidades mais periféricas. Neste contexto manifesta interesse em saber como é feito o contrato interadministrativo com as uniões de freguesias. Pergunta se há ou não distribuição proporcional ao número de habitantes das verbas de cada povoação que agregou.

Presidente da Câmara: Começa a sua intervenção respondendo ao Sr. deputado Acácio Pinto dizendo-lhe que referiu na última reunião que quanto à estrada EN 229, as negociações ainda não estariam fechadas e faltaria a parte política dar a sua opinião. Começa por fazer uma retrospectiva da estrada EN229 e relembra que esta estrada esteve prevista no anterior Governo, uma intervenção como deveria ter sido feita. Na altura, essa intervenção, por vontade desse próprio Governo, não foi feita como deveria de ser. Simplesmente arranjaram o piso e alguns passeios e fizeram quatro rotundas. Entretanto parou, porque o projeto que existia e que provavelmente nos serviria perfeitamente, esse Governo deixou-o cair com a promessa que iríamos ter uma variante nova. Essa promessa foi feita em 2008 e até 2011 essa variante poderia ter sido feita. Recorda mais uma vez que na altura o Sr. Secretário de Estado Paulo Campos, quando lhe perguntava porque é que essa estrada não era feita, a resposta que ele lhe deu no seu gabinete em Lisboa, foi a seguinte: “o seu Partido não me deixa fazer parcerias público-privadas”. A partir daí não foi feita qualquer tipo de estrada. Foi feito o estudo prévio e o estudo de impacto ambiental. Salaria que a partir dessa altura, mesmo não ocupando nenhum cargo na administração central, só na administração local, pressionou este e o outro Governo, para que tivéssemos uma estrada que reduzisse sobretudo o tempo de percurso, aumentando a velocidade de Sátão a Viseu. Houve várias reuniões iniciando-se em Lisboa e depois em Coimbra com o Sr. Secretário de Estado, com as Estradas de Portugal, com a CCDRC, com a Câmara Municipal de Sátão e com a Câmara Municipal de Viseu. Chegou-se à assinatura de um protocolo realizado hoje em Viseu. Esclarece que concordou totalmente com o que será iniciado no ano de 2016: será feita uma via de lentos no sentido ascendente do Pereiro para o Sátão; o entroncamento de Brufe vai ser alterado, porque como o fizeram anteriormente, oferece bastante perigo; logo de seguida haverá outra via de lentos, que terá início no cruzamento de Brufe e que irá até à entrada da reta da Barraca. A seguir haverá uma nova via de lentos no sentido Viseu-Sátão. Esta via de lentos irá praticamente cruzar-se com o entroncamento da EN 323, que é a estrada que vai para Vila Nova de Paiva, levando aí uma rotunda. Haverá ainda um arranjo em Cavernães podendo ser alargada a estrada e onde serão retiradas as duas curvas. No primeiro cruzamento de Cavernães levará



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

uma rotunda e logo a seguir nascerá uma estrada nova que ligará à A25. Haverá um nó onde termina, uma passagem e um novo nó a seguir. É um investimento na ordem dos 11 milhões de euros e a estrada terá início no ano de 2016 estando prevista a sua finalização para o ano de 2018. Os técnicos das Estradas de Portugal referem que haverá um encurtamento em horas de ponta de Sátão para Viseu em cerca de quinze minutos e haverá um aumento de velocidade em cerca de 40%. Diz ainda que este é um projeto que o satisfaz perfeitamente. Segundo as Estradas de Portugal esta é uma solução que serve perfeitamente Viseu e Sátão e as pessoas do norte. Diz ainda que de Cavernães para Viseu esta estrada deixa de ser uma estrada nacional, será uma estrada municipal e irá ser entregue à Câmara Municipal de Viseu. Espera que esta estrada seja finalmente uma realidade, pois lutou muito por ela, tendo sido incansável. Refere ainda que o Dr. António Ramalho das Estradas de Portugal é uma pessoa pragmática; concorreu à presidência das Estradas de Portugal e estará nesse posto durante cinco anos, por isso, mesmo que haja mudança de Governo, o compromisso dele perante as Câmaras Municipais de Sátão e Viseu é iniciar a estrada em 2016. De seguida responde à Sr.^a deputada Inês Nunes dizendo-lhe que alguns dos problemas que apresentou não estão sob a alçada do Município, mas sim das freguesias. Quanto ao valor dos cem mil euros destinados a apoiar as Juntas de Freguesia do Concelho no ano de 2015 trazido já à Assembleia Municipal irá levar à próxima reunião de Câmara Municipal alguns subsídios que vai atribuir às juntas de freguesia. No ano anterior nem trinta mil euros gastou nesse sentido. Quanto ao problema levantado acerca da vacinação dos canídeos refere que julga que se mantém o esquema de logística e vacinação que sempre existiu, mas irá verificar a situação com o Veterinário Municipal. As verbas destinadas às freguesias estão a ser distribuídas como sempre foram, sempre de acordo com a população e com a área das mesmas.

Acácio Pinto: Refere que não vai por em causa o que foi assinado relativamente à nova estrada EN229, pois é uma decisão tomada por um Governo que está legitimamente em funções. Refere que vai repor algumas verdades: primeiro diz que quem está em julgamento neste momento não são os Governos do Partido Socialista. Foi julgado pelos portugueses no ano de 2011 com o resultado que foi e se não fez, já teve a penalização em 2011. Diz para deixarem essa memória porque essa já não faz aqui sentido. O que está em julgamento são quatro anos de governação do PSD e do CDS. De seguida, diz que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sátão referiu que há uma falha na variante de Sátão que foi feita em 2006. Com a mesma veemência que disse aqui hoje que concorda com esta solução apresentada e que não concorda com o que está ali feito, devê-lo-ia ter dito na altura. O Sr. Presidente já era Presidente nessa altura. De seguida refere que quanto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal dizer que também há um erro naquilo que foi executado, o que foi executado entre Sátão e Viseu, que foi a retificação do piso,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

foi a solução encontrada na época, pela Diretora das Estradas de Viseu, Eng.^a Manuela Trindade. O projeto que foi executado foi o que acabou por merecer a concordância do anterior Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Fernando Ruas e da Câmara Municipal de Sátão. Foi um projeto consensualizado com os autarcas. Refere que o protocolo assinado hoje é uma decisão tomada por um Governo que está legitimamente em funções, com não concorda com esta solução.

Presidente da Câmara: Intervém lembrando ao Sr. deputado Acácio Pinto que a variante de Sátão foi feita muito antes do ano de 2006 e que nessa altura não era Presidente de Câmara Municipal. Refere que como o Sr. deputado disse que se essa memória não vale nada para julgarmos os anteriores Governos, não sabe porque é que essa memória deve valer para a falar em coisas que foram feitas no ano de 1999/1998. Como o Sr. deputado Acácio Pinto acompanhou de perto projeto diz-lhe que na altura esse era um projeto bonito. Diz que na altura a Eng.^a Manuela Trindade ainda fez o favor de vir reunir com o Presidente da Câmara Municipal de Sátão para alterarem as curvas do Fojo, porque senão nem essas eram alteradas. O Presidente da Câmara Municipal de Sátão foi enganado; diz que aceitou este projeto, porque o Dr. Paulo Campos, na altura Secretário de Estado, disse-me: “ o senhor fique descansado, nós demos um jeito nesta estrada, mas no ano seguinte começo logo a estrada nova”. O Sr. Dr. Fernando Ruas, como tem mais experiência e conhecendo melhor o Governo com que estava outrora a lidar, disse-lhe que o Dr. Paulo Campos não lhe iria fazer nenhuma estrada nova.

Presidente da Assembleia: Quanto à introdução do novo sexto ponto na Ordem de Trabalhos “Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.” solicita os Srs. Deputados para votarem sobre a introdução do mesmo na Ordem de Trabalhos.

A introdução do novo sexto ponto na Ordem de Trabalhos “Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.” foi aprovada com a seguinte votação:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 27 (vinte e sete) deputados na sala.

Pelo que a introdução deste ponto foi aprovada por unanimidade.

III ORDEM DO DIA

3. Plano Diretor Municipal (PDM) de Sátão – Correção Material da Carta de Ordenamento do PDM – para conhecimento.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto três da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica o Ponto três da Ordem de Trabalhos dizendo que há uma casa construída no concelho de Sátão que tem uma parte que está em zona urbana e outra está numa outra zona, que foi construída há muitos anos sem qualquer licenciamento. Para que o proprietário a possa licenciar deve ser feita a Correção Material da Carta de Ordenamento do PDM. Este assunto foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e é agora trazida à reunião da Assembleia Municipal, para conhecimento.

Inscrições: Não há inscrições.

4. Discussão e votação da assunção de compromissos plurianuais para a Operação POVT - 12 - 0765 - FCOES - 00029 - "Eficiência Energética na Iluminação Pública - Viseu Dão Lafões", para os anos de 2016 a 2022 inclusive, no montante global de 100.777,81€ (cem mil setecentos e setenta e sete euros e oitenta e um cêntimos), para o projeto "Contrato de partilha de poupanças líquidas", aprovada na reunião de Câmara Municipal do dia 05/06/2015.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto quatro da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Esclarece que este ponto tem a ver com a aquisição de Leds e reguladores de fluxo quanto à "Eficiência Energética na Iluminação Pública - Viseu Dão Lafões".

Inscrições: Não há inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e feita a discussão da assunção de compromissos plurianuais para a Operação POVT - 12 - 0765 - FCOES - 00029 - "Eficiência Energética na Iluminação Pública - Viseu Dão Lafões", para os anos de 2016 a 2022 inclusive, no montante global de 100.777,81€ (cem mil setecentos e setenta e sete euros e oitenta e um cêntimos), para o projeto "Contrato de partilha de poupanças líquidas", aprovada na reunião de Câmara Municipal do dia 05/06/2015, estes foram aprovados com a seguinte votação:

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 27 (vinte e sete) deputados na sala.

Pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

5. Discussão e votação dos estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão de fins específicos - revogação parcial.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Esclarece que o documento em análise já tinha sido anteriormente aprovado por esta Assembleia Municipal. Por força da legislação tiveram de ser alterados alguns pontos dos estatutos.

Inscrições: Inês Nunes.

Inês Nunes: Pergunta se o Canil tem algum regulamento e se as normas de bem-estar animal estão a ser respeitadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Diz que o canil tem três funcionários: um de Sátão, outro de Penalva do Castelo e outro de Aguiar da Beira. Em relação ao funcionário de Sátão este fez uma formação num canil intermunicipal de Coimbra e está perfeitamente habilitado para o desempenho das suas funções. Todas as regras estão a ser respeitadas. Refere ainda que este canil é dos poucos existentes em Portugal que está legalizado para receber os animais.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão dos estatutos da Associação de Municípios de Aguiar da Beira, Penalva do Castelo e Sátão de fins específicos - revogação parcial, estes foram aprovados com a seguinte votação:

Votos a favor: 28 (vinte e oito)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 28 (vinte e oito) deputados na sala.

Pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

6. Discussão e votação do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro – Pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica que por força da nova legislação os concursos que se prolonguem por mais de seis meses, devem ser novamente presentes à reunião do órgão Executivo e Deliberativo para que seja realizada a respetiva renovação das deliberações de autorização de abertura.

Inscrições: Não há inscrições.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e depois de analisado o pedido de renovação das deliberações de Autorização de Abertura do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho, previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal, deste Município, para a carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – Aviso n.º 368/2015, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 7, de 12 de janeiro, este foi autorizado com a seguinte votação:

Votos a favor: 27 (vinte e sete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 1 (uma)

Estavam presentes 28 (vinte e oito) deputados na sala.

Pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

7. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

e

8. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Coloca os pontos sete e oito da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Explica o mapa da Situação Financeira do Município e disponibiliza-se para esclarecer alguma dúvida que possa surgir. Refere ainda que foi enviado um documento com a atividade municipal. De seguida coloca-se à disposição dos Srs. deputados para esclarecimento de alguma questão sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio. Esclarece ainda que as obras da Praia Fluvial do Trabulo e da Estrada do Cardal terminarão no mês de julho do corrente ano. O Parque Empresarial estará terminado até setembro. O novo Quartel da GNR terminará em fins de setembro e neste momento teve início o alcatroamento na freguesia de Sátão que se irá estender a outra parte dessa freguesia e da freguesia de Rio de Moinhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Inscrições: Sérgio Ferreira, José António Figueiredo, José Carlos Costa, Manuel Jorge Oliveira

Sérgio Ferreira: Refere que em tempos foi pedido aos familiares de antigos combatentes mortos em combate que trouxessem os nomes e dados familiares a esta Autarquia para uma possível homenagem. Pergunta qual é o ponto de situação dessa homenagem. De seguida, refere que os postes de eletricidade existentes no Largo de São Bernardo estão com algumas mossas; sugere que se coloque uma banda refletora nos mesmos, de modo a ficarem mais visíveis. De seguida pergunta para quando está prevista a instalação da Loja do Cidadão em Sátão.

José António Figueiredo: Começa por perguntar se nas obras de alcatroamento que estão previstas para Rio de Moinhos também consta o alcatroamento na estrada em Casal do Fundo, à qual o Sr. Presidente de Câmara Municipal responde de imediato que sim. Depois pergunta se há empresas interessadas em se fixar no Novo Parque Empresarial de Sátão.

José Carlos Costa: Pergunta para quando estão previstas as instalações sanitárias no Largo de S. Bernardo, principalmente em dias de festa, questão esta que já foi exposta noutras reuniões da Assembleia Municipal. Quanto à sinalização de trânsito refere que existe uma placa em frente ao Café Sátão na vila de Sátão em que é permitido estacionar em cima do passeio durante quinze minutos. A placa tem um início e não tem um fim. Pergunta se se poderá estacionar ao longo de toda a rua, porque há uma determinada zona que quase não circula um peão. De seguida diz que em Rio de Moinhos a Travessa do Quintal tem uma sinalização de um beco sem saída, mas que na realidade tem saída para bicicletas e motorizadas. Aborda a questão de umas passadeiras em Lamas de Ferreira de Aves em frente ao Restaurante Camponês, que estavam mal sinalizadas. Quanto à Praia Fluvial do Trabulo questiona o Sr. Presidente da Câmara Municipal pelos acessos à mesma, se pode ser feita uma nova via de modo a passarem dois carros um pelo outro. Sugere também a construção de uma ciclovia em Sátão e aproveitar a zona envolvente do Santuário de Nosso Senhor dos Caminhos, bem como da Praia Fluvial do Trabulo.

Manuel Jorge Oliveira: Na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia felicita o Sr. Presidente da Câmara Municipal pela obra da Praia Fluvial do Trabulo. É uma obra que será uma alavanca para o turismo e para a economia de todo o concelho de Sátão. No entanto, refere que faltam os acessos devidos à Praia Fluvial do Trabulo. Quanto à estrada da Rãs ao Santuário de Nosso Senhor dos Caminhos também está a necessitar de arranjo. De seguida aborda a limpeza das estradas municipais no que respeita a União de Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa. Dá o exemplo da estrada que liga Rãs a Vila



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Longa, a de Soito de Golfar à sede da freguesia em Romãs, a que liga Romãs ao Carvalhal, do Carvalhal a Silvã de Baixo, e de Silvã de Baixo à Ponte Ferreira que necessitam de uma limpeza. De seguida diz que o Sr. Presidente da Câmara Municipal deve pensar no que se pode fazer com o edifício da antiga escola primária de Vila Longa. Este edifício está num estado degradado e é nesse sítio que a Junta de Freguesia atende o público de Vila Longa, com muitas deficiências. Quanto à vacinação animal tem recebido várias reclamações das diversas povoações. Quanto a este serviço o técnico responsável deveria de ter tido o cuidado de telefonar a avisar, para que o Presidente da Junta de Freguesia também pudesse passar a informação sobre a vacinação. Quanto ao saneamento e abastecimento de água ao Soito de Golfar, é uma obra que toda aquela população aspirava, mas que agora questionam para quando o seu funcionamento.

Presidente da Câmara: Começa a sua intervenção respondendo ao Sr. deputado Sérgio Ferreira que está prevista uma obra em homenagem aos antigos combatentes mortos em combate. O projeto está concluído e arranca brevemente. Quanto ao Largo de S. Bernardo, em relação aos postes de eletricidade, irá ver o que se pode fazer. Quanto ao Programa Aproximar foi assinado o contrato. A loja do cidadão ficará a funcionar no antigo Quartel da GNR e está orçada em 640 mil euros. A obra será comparticipada no Portugal 2020 entre 85% a 90%. De seguida responde ao Sr. deputado José António Figueiredo que no que respeita ao Novo Parque Empresarial foi abordado por uma grande empresa, tendo-se deslocado já a Espanha com o Sr. Vice-presidente Paulo Santos e reuniram com os donos dessa empresa. Ainda não há decisões definitivas. Entretanto, houve seis pedidos que já foram presentes a reunião de Câmara Municipal. Há também outro pedido para que seja lá montada uma fábrica de pellets. De seguida responde ao Sr. deputado José Carlos Moreira que irá averiguar a possibilidade de colocação das instalações sanitárias no Largo de S. Bernardo. Quanto ao problema da passadeira em Lamas, já está resolvido. Quanto ao beco em Rio de Moinhos não sabe do que se trata, mas que irá averiguar. A Câmara Municipal está a colocar sinalização nova em todo o concelho. Em relação aos acessos à Praia Fluvial do Trábulo vão precisar de novos, mas como diz o ditado “Roma e Pavia não se fizeram num dia”. São acessos urgentes que não serão feitos este ano, provavelmente no ano de 2016. Quanto à limpeza das estradas abordadas pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa, a máquina está ocupada em outras freguesias, mas irá depois para essa Freguesia. Quanto à vacinação dos canídeos vai averiguar a situação apontada. Quanto à antiga escola primária de Vila Longa este edifício até às últimas eleições, esteve entregue à Junta de Freguesia. Se esse edifício servir para a sede da Junta de Freguesia, a Câmara Municipal poderá dar um subsídio para a mesma ou ajudar nas obras. Quanto ao facto do saneamento e água a Soito Golfar não estar em funcionamento, a culpa não é da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Municipal, mas sim da EDP que ainda não fez a ligação da eletricidade cujo pedido já está realizado desde outubro do ano passado; isso também está a acontecer numa localidade em Mioma e em Rio de Moinhos. Termina a sua intervenção dizendo que, como Presidente de Câmara Municipal, hoje sente-se satisfeito em relação ao acordo da estrada EN229 que foi assinado. Esta estrada vai fazer com que as pessoas desta zona fiquem mais perto do IP3, A24 e A25. Se a estrada não começar em 2016, como está prometido, estará aqui para defender com a mesma força os interesses do concelho de Sátão. Salienta que é para isso que aqui estamos, para que as pessoas do concelho de Sátão vivam melhor e estejam mais perto dos centros neurálgicos. Agradece sobretudo ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Secretário de Estado pelo esforço que fizeram para que conseguíssemos na verdade ter esta estrada. Espera que esta estrada arranque, pois já não é sem tempo.

Presidente da Assembleia: Refere que a estrada EN229 é uma mais-valia para o Sátão e aguarda que a mesma se concretize na realidade. Não havendo mais ninguém para intervir e depois de terminada a discussão da Ordem de Trabalhos dá por encerrada a reunião às 22h30.

A Presidente da Assembleia

Os Secretários
